

NÃO AO REAJUSTE DA CAMED!

A Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Nordeste (AABNB) manifestou repúdio ao reajuste dos planos de saúde publicado pela Caixa de Assistência Médica dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (CAMED). A nota da AABNB reitera a não-concordância a qualquer alteração nos valores cobrados pela Caixa e, conseqüentemente, a não-implementação do reajuste e é também contrária à maneira como o assunto está sendo tratado, sem discussões e sem dar chance de análise de alternativas. Leia a seguir, a íntegra do manifesto da AABNB.

Nota da AABNB sobre aumento CAMED

A Diretoria da AABNB informa aos seus associados que, no início do corrente mês, foi convidada pela CAMED, para uma reunião no dia 07 de maio, para discussões sobre os nossos planos de saúde.

Na reunião fomos surpreendidos com as informações de que a situação da nossa Caixa era calamitosa, sendo necessários reajustes dos planos, sendo de 30% para o Plano Natural e de 24% para o Plano Família. Além disso, a Taxa de Proteção Financeira, que era de R\$ 10,00, passaria para R\$ 20,00, no Plano Família. Para o Plano Natural permaneceria em R\$ 10,00, considerando que o Banco contribuiria com os outros R\$ 10,00. Entretanto, o limite de compromisso dos associados passaria dos atuais R\$ 1.500,00 para R\$ 2.500,00. A Diretoria acrescentou que eram necessárias as imediatas alterações dos valores que iria implementá-las já a partir de maio/2010.

Na oportunidade, a AABNB foi clara em sua colocação para a Diretoria da CAMED, registrando que estava surpresa, pois esperava discutir os problemas da Caixa e oferecer alternativas de solução, e, no entanto, estava simplesmente tomando conhecimento das decisões já tomadas pela Diretoria. Além de registrar o seu veemente protesto contra o fato, registrou que não aprovava qualquer alteração nos valores cobrados pela Caixa. Propusemos, então, que o reajuste não fosse implementado. Agora, estamos sendo informados de que a Caixa, efetivamente, já está executando o reajuste a partir do corrente mês.

Informamos a todos que mantemos nossa posição contrária e estamos movendo gestões para buscar outros caminhos para discussão dos problemas. A AABNB reafirma o seu repúdio à forma como o assunto está sendo tratado, sem discussões e sem dar chance de análise de alternativas, estranhando e protestando a forma como as entidades representativas dos funcionários ativos e aposentados estão sendo tratadas pelas Administrações do Banco e da CAMED.

Fortaleza – CE, 19 de maio de 2010
A Diretoria da AABNB

Após pequena alteração procedida pela CAMED, veja como ficaram as alterações dos Planos de Saúde

Plano Família	Reajuste de 24%
Plano Natural	Reajuste de 30%
Taxa de Proteção Financeira	Passou de R\$ 10 para R\$ 11 reais no Plano Natural (o BNB participa com R\$ 11,00) e para R\$ 22,00 no Plano Família
Limite de Compromisso dos Associados	Permanece R\$ 1.500 reais

AABNB PROTESTA CONTRA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E A DIRETORIA DA CAMED

A AABNB reafirma que somente no dia 07 de maio, quando foi convidada pela CAMED para participar de uma reunião, recebeu a comunicação das alterações pretendidas pela Caixa e de que o aumento seria implementado já a partir de maio/2010. Na oportunidade, registrou o seu veemente protesto pela decisão arbitrária e unilateral do Conselho Deliberativo e da Diretoria da Caixa, bem como a sua insatisfação pela forma como as Administrações do Banco e da CAMED vinham tratando as entidades, em relação a este assunto.

Esta insatisfação e esse protesto foram apresentados pessoalmente pelo Presidente da AABNB, Miguel Nóbrega, à Superintendente de Recursos Humanos do BNB e Presidente do Conselho Deliberativo da CAMED, Eliane Libânio Brasil, bem como à Diretora Presidente da CAMED, Andréa Cavalcanti, à Diretora Administrativa e Financeira, Luiza Leene Holanda, e ao Diretor de Promoção e Assistência à Saúde, Luciano Comin Nunes.

Infelizmente, a presidência e a diretoria da CAMED não mostraram qualquer sensibilidade aos problemas levantados pela Diretoria da AABNB. A AABNB protesta, também, pelo fato de a Nota da CAMED haver registrado que as "entidades foram ouvidas sobre os aumentos", sem registrar a discordância ora apresentada.

PROVIDÊNCIAS DA AABNB

Conforme consta de nossa nota sobre o assunto, a Diretoria da AABNB reafirma que continuará tentando discutir com o Banco e a CAMED alternativas para o problema. Já no dia 24 de maio, a Diretoria da AABNB solicitou a apresentação de uma empresa especializada na administração de planos de saúde, que sustenta ser possível reduzir consideravelmente os custos da CAMED.

Além dos Diretores da AABNB Miguel Nóbrega Neto, Luiz Paulino da Silva e Waldir Faria Freitas compareceram à apresentação, o Presidente da AFBNB e o Coordenador da CNFBNB José Frota de Medeiros e Tomaz de Aquino. Compareceram também os Membros do Conselho Deliberativo da CAMED Edgar Fontenele, Roberto Figueredo e Antônio Nogueira Filho, além de Presidente do Conselho Fiscal da CAPEF, Tarcílio Batista de Mesquita, e o Membro do Conselho Deliberativo da CAPEF, Raimundo Lourival de Lima.

Vários dos presentes emitiram opiniões favoráveis à redução de custos dos planos de saúde da CAMED caso sejam adotadas as ideias apresentadas pela empresa que realizou a exposição. Para essa apresentação, foram convidadas também a Superintendente de Recursos Humanos do BNB, Eliane Brasil e a presidente da CAMED, Andréa Cavalcanti Lima, que, infelizmente, não compareceram alegando problemas em suas agendas.

A AABNB informa ainda que marcará uma audiência com o Presidente do BNB, Roberto Smith, para discutir os problemas da CAMED, agora agravado consideravelmente pela implantação arbitrária e unilateral dessa medida de reajuste dos planos de saúde implementada pelo Banco e pela Caixa.

**NESTA
EDIÇÃO**

- Reajuste de aposentadorias. Pág. 02
- Erro de governadores prejudica o Brasil. Pág 03
- Nossa Gente! Pág. 04

SAÚDE

Hidratação X doenças

ALERTA AOS IDOSOS, FAMILIARES E CUIDADORES

Sempre que dou aula de Clínica Médica a estudantes do 4º ano de Medicina, lanço a pergunta: - Quais as causas que mais fazem o vovô ou a vovó terem confusão mental?

Muitos arriscam:

- "Tumor na cabeça".
- "Não".
- "Mal de Alzheimer".
- "Não".

A cada negativa a turma espanta-se. E fica ainda mais boquiaberta quando enumero os três responsáveis mais comuns:

- diabetes descontrolado;
- infecção urinária;
- quando a família passa um dia inteiro no shopping, enquanto os idosos ficam em casa sem maiores cuidados.

Parece brincadeira, mas não é. Constantemente vovô e vovó, sem sentir sede, deixam de tomar líquidos. Quando falta gente em casa para lembrá-los, desidratam-se com rapidez. A desidratação tende a ser grave e afeta todo o organismo. Pode causar: confusão mental abrupta, aumento dos batimentos cardíacos ("batedeira"), queda de pressão arterial, angina (dor no peito), coma e até morte.

Insisto: não é brincadeira!!!

Na melhor idade, que começa aos 60 anos, temos pouco mais de 50% de água no corpo. Isso faz parte do processo natural de envelhecimento. Portanto, os idosos têm menor reserva hídrica.

Mas há outro complicador: mesmo desidratados, eles não sentem vontade de tomar água, pois os seus mecanismos de equilíbrio interno não funcionam muito bem.

Conclusão: Idosos desidratam-se facilmente não apenas porque possuem reserva hídrica menor, mas também porque percebem menos a falta de água em seu corpo.

Mesmo que o idoso seja saudável, fica prejudicado o desempenho das reações químicas e funções de todo o seu organismo. Por isso, aqui vão dois alertas.

O primeiro é para vovós e vovôs: - tornem voluntário o hábito de beber líquidos. Por líquido entenda-se água, sucos, chás, água-de-coco, leite, sopa, gelatina e frutas ricas em água, como melão, melancia, abacaxi, laranja e tangerina, também funcionam. O importante é, a cada duas horas, botar algum líquido para dentro. Lembrem-se disso!

O segundo alerta é para os familiares: - ofereçam constantemente líquidos aos idosos. Ao mesmo tempo, fiquem atentos. Ao perceberem que estão rejeitando líquidos e, de um dia para o outro, ficam confusos, irritadiços e fora do ar.

Atenção. É quase certo que sejam sintomas decorrentes de desidratação. "Líquido neles e rápido para um serviço médico".

Arnaldo Lichtenstein (46), médico, é clínico-geral do Hospital das Clínicas e professor colaborador do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

Senado aprova reajuste de 7,7% para Aposentados

Os senadores aprovaram dia 19 de maio o reajuste de 7,72% para os aposentados e pensionistas que recebem acima de um salário mínimo e o fim do fator previdenciário. O texto já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e, como não foi modificado, segue agora para a sanção ou veto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

"Por uma questão de estratégia, estou deixando de mexer no fator previdenciário, que isso precisa ser feito. Eu recomendo a aprovação do projeto, ficando da forma que veio da Câmara", afirmou o relator do projeto na Casa, o líder do governo, o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

O fator previdenciário foi criado em 1999, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, como forma de inibir aposentadorias precoces e reduzir o rombo da Previdência. Na prática, o fator previdenciário é um redutor do benefício, conforme o tempo de contribuição e a idade. Entretanto, o governo Lula já informou que não permitirá o fim do fator.

O reajuste de 7,72% pode chegar ao contracheque do início de julho. Para tanto a medida precisa ser aprovada em definitivo antes de 15 de junho, de modo que os valores possam entrar na folha de pagamento do Ministério da Previdência. De acordo com fontes do governo, a hipótese pode tornar-se real caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancione o aumento e não haja nenhuma objeção por parte de alguma área do governo já que, pelas contas do Planalto, o aumento da despesa da Previdência, só este ano, seria de R\$ 1,8 bilhão.

Depois de aprovado na Câmara no início do mês e ratificado pelo Senado anteontem, a proposta de aumento deve chegar na próxima segunda-feira para análise do presidente da República, que tem 15 dias para estudar o assunto e aprovar ou vetar a medida.

De acordo com o projeto que vai ser submetido a Lula, os reajustes são retroativos a janeiro deste ano. Como em janeiro o governo concedeu aumento provisório de 6,14% até a negociação de um índice definitivo, os segurados terão de receber o equivalente a 1,56%, diferença entre os 7,72% aprovados e os 6,14% já concedidos. Os valores dos atrasados deverão ser corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). (Fontes: Folha Online e Jornal da Tarde)

Como fica o benefício com o aumento

O reajuste de 7,7% para os aposentados que ganham mais do que um salário mínimo, aprovado anteontem pelo Senado, ainda precisa passar pela sanção ou pelo veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, se o presidente confirmar o índice aprovado pelos congressistas, o ganho no benefício do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) será de até R\$ 50 mensais.

Como o reajuste de 7,7% é retroativo a janeiro deste ano, os atrasados podem chegar a R\$ 254,29. Os valores acima foram calculados tomando como base o aposentado que ganha o teto previdenciário (R\$ 3.416,54, atualmente). Se um beneficiário ganha, por exemplo, R\$ 1.000, o aumento mensal será de R\$ 14,89, e os atrasados serão de R\$ 74,43. (Fonte: Agora S.Paulo)

Expediente

Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Nordeste do Brasil (AABNB). Rua Perboyre e Silva, 111, Sala 801 - Centro / Fortaleza / Ceará Cep: 60030-200. Fone: (85) 3254.5204 Fax: 3252.3493 - e-mail: aabnb@aabnb.com.br - http: www.aabnb.com.br. Presidente: Miguel Nóbrega Neto. Diretores: José Edson Braga, Luiz Paulino da Silva, Waldir Faria Freitas, Luiz Carlos Bezerra Lima. Suplentes: Arnóbio Cândido de Almeida, Luiz Gonzaga C. Pereira, Francisco Albuquerque Parente, Carlos Alberto Santana Rocha. Jornalista responsável: Maria Eugênia Fraga Brasil (MTB-PB 1060JP). Diagramação/Impressão: Jefferson/Printcolor - (85) 3257.9283. Tiragem: 3500

Erro de governadores prejudica o Brasil

O Pré-Sal pode transformar o Brasil num país rico e respeitado, desde que saiba exercer a sua soberania com dignidade*



Quando o Presidente Lula enviou os quatro projetos de mudança do marco regulatório do petróleo, ele pretendia corrigir um erro crasso do Governo FHC: a Lei 9478/97, cujo artigo 26 estabelece que, através do contrato de concessão, 100% do petróleo seria de quem o produzisse. Dizia mais: o dono do petróleo teria que dar, no máximo, 40% do lucro líquido para a União Federal, ou seja, 20% da produção total, em dinheiro. No mundo, os países exportadores ficam com a média de 84% da receita de produção. Ora, o petróleo é hoje o bem mais estratégico do planeta.

Entregar esse poder enorme às empresas estrangeiras, em detrimento do povo brasileiro, foi mais um crime de lesa-pátria do Governo FHC. Este erro precisa ser corrigido. A proposta do Governo Lula deixava a discussão dos "royalties" para um segundo momento. E era o correto. Afinal, já estava sendo tentada a recuperação da maior parcela possível da propriedade do nosso petróleo. Os royalties eram somente de 5% a 10%.

Numa segunda discussão, o Estado do Rio de Janeiro poderia colocar na mesa, como um grande trunfo, o fato de lhe ter sido tirado, na Constituição de 1988, o direito de ficar com o ICMS da produção, distorção que representa perdas de cerca de R\$ 8 bilhões por ano, conforme cálculos do secretário Julio Bueno. Era um trunfo extraordinário que permitiria ao Rio, fazendo justiça aos demais estados, não ser prejudicado. E ainda teria a chance de reivindicar o ICMS, que lhe havia sido tomado.

Ocorre que os Governadores Sérgio Cabral e Paulo Hartung, deliberadamente, desviaram a discussão do tema principal. A intenção deles ficou clara quando dois secretários de Cabral (Julio Bueno e Joaquim Levi), o presidente da Cedae, Wagner Victor, além do Senador Francisco Dornelles, defenderam publicamente a continuidade da antinacional Lei 9478/97, de FHC. Essas pessoas não iriam ter essa postura sem o aval do Governo que representam. A luta pelos royalties não pode passar pela concessão a empresas estrangeiras.

Nessa postura desastrosa, os governadores reivindicavam os mesmos percentuais no Pré-Sal que seus estados vinham recebendo. Ou seja, mais de 50% dos royalties e Participação Especial. Com ela criariam um ABU-DHABI no Rio e deixariam o resto do País a ver navios (e plataformas). Eles chegaram a dizer que não tinha sentido o Piauí e outros estados do nordeste receberem royalties. Esqueceram que, se esses estados continuarem pobres, exportarão grandes contingentes de pessoas carentes para povoar favelas no Rio e São Paulo.

Num encontro da bancada do Rio de Janeiro, no Clube de Engenharia, todos os discursos eram que os royalties do Pré-Sal deveriam ter o mesmo percentual das reservas atuais para o Rio. Na época, ponderamos que o Pré-Sal era uma riqueza

superior a R \$10 trilhões, pois tem reservas de petróleo oito vezes maiores que as atuais, e não seria defensável o Rio querer tudo para si, junto com São Paulo e Espírito Santo. Essa postura poderia gerar uma reação nacional contra o Rio. Infelizmente, eu estava certo: a emenda do deputado Ibsen Pinheiro foi um movimento dos outros estados contra a arrogância dos dois governadores.

Mas, na ânsia de os calar e beneficiar os demais estados, os deputados não analisaram com o devido cuidado o efeito tão maléfico da emenda aos dois estados. Pagar royalties em petróleo, outro grande absurdo. Outro fato, ainda mais grave, ocorreu na tramitação dos projetos: uma emenda desastrosa que o Deputado Henrique Alves introduziu no projeto do Governo. É o § 2º do artigo 42: ele estabelece que o consórcio receba de volta, em petróleo, o valor que vier a pagar pelos royalties. Ou seja, além de não pagar esse imposto, o consórcio ainda recebe de volta um bem altamente estratégico. Não existe esse absurdo em nenhum lugar do mundo.

Temos aí duas lesões graves ao povo brasileiro: 1) o consórcio não paga os royalties, que é um imposto. Quem paga é a União, que deixa de ficar com esses 15%; 2) Esse reembolso em petróleo, o bem mais estratégico do planeta, representa abrir mão de um enorme poder de negociação geopolítica do Brasil. Estamos no limiar do pico de produção mundial e os países do primeiro mundo estão numa grande insegurança energética. EUA, Europa, Ásia e as empresas que formam o cartel internacional do petróleo não têm reservas, logo, precisam desesperadamente do petróleo. E quem o tiver, terá cada vez maior poder e, com ele, obterá inúmeras vantagens de negociação.

Como pode o Brasil abrir mão desse poder, sem qualquer retorno? O Pré-Sal pode transformar o Brasil num país rico e respeitado, desde que saiba exercer a sua soberania com dignidade. Os Governadores Cabral e Hartung, com sua ação equivocada, criaram um grande problema para seus estados e para o Governo Lula. Se houver veto à emenda, serão contrariados os interesses de 24 estados brasileiros, que irão derrubar o veto. Seria um desgaste gigantesco do Governo em pleno ano eleitoral. Quê fazer? O que podemos fazer? Temos que tirar proveito desta situação inusitada. Se a Câmara admitiu mexer nos contratos e penalizou o Rio e o Espírito Santo, sob o argumento de fazer justiça aos demais estados, muito mais lícito é rever as concessões já efetivadas para explorar os 28% de blocos do Pré-Sal, já licitados.

Essas concessões dão vantagens absurdas às multinacionais. E isto faria justiça a todo o povo brasileiro. Há suportes jurídicos para tal. Exemplo: 1) se as condições contratuais mudaram - a lei vigente previa altos riscos e pesados investimentos, com baixo retorno - o Pré-Sal não tem riscos e tem altíssimo retorno. Não se aplica a Lei feita em outras condições, logo é lícito mudarem-se os contratos já assinados; 2) a Constituição prevê que o direito coletivo prevalece sobre o individual (no caso as contratantes estrangeiras).

Portanto, propomos: - O fim dos leilões, por serem injustificáveis; - O cancelamento da emenda absurda do relator Henrique Alves, que prevê o ressarcimento, em petróleo, dos Royalties pagos pelo consórcio produtor; - Revisão da emenda Ibsen Pinheiro, mantendo o ganho dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, sem deixar de contemplar os demais estados e municípios da Federação. O Pré-Sal dá para todos.

VAMOS RESPEITAR A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA!

*Fernando Leite Siqueira - Presidente da AEPET

(fonte: AEPET Notícias - Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás)

Nossa Gente!

Natural do município de Caucaia, Teresinha Rocha Crisóstomo, deu início à sua carreira no Banco do Nordeste do Brasil em 13 de agosto de 1956, após regressar da Universidade de Carolina do Norte (Estados Unidos) onde estudou, durante um ano, num curso para bibliotecária. Ingressou no Banco para organizar os livros e documentações do Eteno (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste). De 1956 a 1976 (ano em que se aposentou) atuou no Banco como bibliotecária, chegando a ter a função de Chefia de Bibliotecária. O trabalho consistia em catalogar, plastificar, colocar os títulos organizados por assuntos. Ficou responsável pela organização de todos os livros, apostilas e documentos do BNB. Em 1971 foi criado o cargo técnico especializado de bibliotecária, sendo promovida a este cargo ficando nele até sua

aposentadoria em 4 de maio de 1976. Ao se aposentar, participou, por cerca de seis anos do Coral do BNB Clube e de grupos de trabalhos manuais, se dedicando ao crochê. Também já participou de Curso de Gerontologia da Universidade Sem Fronteiras. Incansável, Dona Teresinha trabalha como voluntária às terças e quintas-feiras no sebo Taberna Libreria, que fica no bairro Aldeota. Gosta de caminhar, ler e tem como hobby fazer palavras cruzadas. Já viajou bastante tendo conhecido países da Europa, da América Latina e os Estados Unidos. Um dos lugares que mais a encantou foi o Egito, devido à forma diferente da civilização e também pela beleza das pirâmides e da Esfinge. É de uma família de nove irmãos: quatro homens (já falecidos) e cinco mulheres. Por seu histórico de vida, Teresinha Crisóstomo é Nossa Gente!



Teresinha Rocha Crisóstomo



Antônio de Castro Tavares

Nascido em Nova Russas (CE) o Associado Antônio de Castro Tavares, ingressou ainda moço no Banco do Nordeste, aos 24 anos. Tendo sido aprovado no 1º concurso em 1954 iniciou as suas atividades na Direção Geral (DEPAD) em 1º de julho daquele ano como auxiliar de escritório, permanecendo nesta função durante 2 anos. Em seguida, assumiu a subchefia de Escritório de Nova Russas (1956/1957), foi contador em Pau dos Ferros (RN) de 1958/1959 e em Mossoró (RN) de 1959/1960. Assumiu a Gerência da Agência de Mossoró de 1961 a 1965. Em seguida, partiu para o norte de Minas Gerais onde ocupou a Gerência da Agência de Montes Claros entre os anos de 1973 e 1974. De volta a Fortaleza, assumiu a chefia de Divisão de Materiais de 1975 a 1976 onde se aposentou em 1º de fevereiro

de 1977. O Tavares, como é mais conhecido, é economista graduado pela Faculdade de Economia de Mossoró e tem a honra de ter integrado a primeira turma de Economia e de compor o Diretório Acadêmico, como presidente, e também o Lions Clube de Mossoró de 1962 a 1963, quando foi o pioneiro na promoção da Feira de Livros do Lions da cidade potiguar. Desde sua entrada no Banco do Nordeste teve a oportunidade de participar de vários cursos de formação, entre eles o de Análise de Problemas e Tomada de Decisões. Desde que se aposentou tornou-se empresário do ramo da avicultura no município de Horizonte, onde reside, e dirige sua empresa juntamente com seus filhos. Lembrado sempre pelos colegas pela sua atuação, dinamismo e bom humor Tavares é Nossa Gente!

Associada Zélia Holanda de Menezes, natural da cidade de Aquiraz (CE), reside no Rio de Janeiro desde 1957, quando iniciou suas atividades no Banco do Nordeste em 23 de março daquele ano. Começou como secretária auxiliar. Em 1966, foi requisitada pelo Banco Central do Brasil para trabalhar no Setor de Fiscalização de Cooperativas (Sinco), depois foi secretária da Inspeção de Mercado de Capitais. Retornou ao BNB (representação do Rio de Janeiro) em 1970. Dentro do Banco recebeu várias promoções na carreira de Auxiliar Executivo. Como comissionada, atuou como Chefe de Seção de Ações. Trabalhou por diversas vezes na Agência Centro de Recife, como adida. Em

janeiro de 1978, foi promovida por antiguidade para a letra F da carreira de escriturária. Como funcionária do BNB, participou do Curso de Agente Autônomo, promovido pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e fez Curso de Secretariado na Fundação Getúlio Vargas. Antes de ingressar no BNB, teve formação como professora primária, após os cursos Ginásial e Normal. Ao aposentar-se do BNB em 1º de agosto de 1980, passou a ter como hobby viajar pelo mundo começando pela Europa, depois China e Japão, já tendo conhecido a Praça Vermelha, em Moscou (Rússia), dentre outros lugares inesquecíveis. Pelos serviços prestados ao Banco do Nordeste, Zélia Holanda de Menezes é Nossa Gente!



Zélia Holanda de Menezes